

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 121.º - A

Liberdade de escolha entre ensino público, privado ou cooperativo

1 – O Governo promove as condições necessárias para que os alunos do ensino básico e secundário, possam escolher frequentar o ensino público, particular e cooperativo, conforme seja a vontade dos próprios alunos ou das suas famílias.

2 – Para efeitos do número que antecede, o Estado apoia financeiramente todas as famílias elegíveis, devendo o Ministro que tutela a pasta da Educação proceder à regulamentação do presente artigo, num prazo de 120 dias.

Nota justificativa:

As bases jurídicas do sistema educativo, devem procurar uma organização e funcionamento de um novo sistema escolar nacional de liberdades de educação, no qual o Estado não discrimine o ensino privado, nem limite as autênticas escolhas de estudantes e famílias.

É já antigo o debate entre o acesso à escola pública e privada no nosso país. Fugindo ao que verdadeiramente interessa neste debate, procura-se muitas vezes diabolizar o

ensino privado e cooperativo em detrimento do ensino público, quando na verdade este não responde muitas vezes aos anseios da comunidade estudantil e familiar portuguesa. O que está em causa não é, portanto, a valorização de um tipo de ensino sobre o outro, mas antes o acautelar de um direito de escolha que não deve nunca ser negado aos que dele queiram beneficiar.

Sendo o ensino obrigatório, constitucionalmente gratuito ou tendencialmente gratuito, argumenta-se com facilidade contra o financiamento público do ensino aos alunos das escolas privadas com base na insuficiência financeira do Estado. Mas mantém-se por esclarecer porque é que são os alunos das escolas públicas quem tem prioridade e exclusividade no acesso a esses limitados meios financeiros disponíveis, em vez de todos os alunos de todas as escolas, estatais e privadas, partilharem os meios disponíveis.

Sendo o custo médio por aluno nas escolas privadas menor do que o mesmo custo médio nas escolas estatais, possibilitar a integração do ensino privado na rede nacional gratuita será logicamente mais económico.

Pelo exposto, entende-se que o Estado está obrigado a subsidiar o ensino obrigatório para todos os alunos e essa gratuitidade é constitucionalmente universal e devida aos alunos, não às escolas. São os alunos os titulares desse direito social de acesso ao ensino tal como a liberdade de escolha.

São Bento, 8 de novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa